

TEORIA DO BEM VIVER E ECONOMIA SOLIDÁRIA: Uma Aproximação Possível

Ivna Herbênia da Silva Souza¹

Ana Maria Ferreira Menezes²

Tatiana Santos Borba³

RESUMO

O presente artigo intitulado “TEORIA DO BEM VIVER E ECONOMIA SOLIDÁRIA: Uma Aproximação Possível”, tem como objetivo propor uma reflexão sobre o bem viver e sua aproximação com a Economia Solidária e como ambas, buscam a promoção do desenvolvimento local. A economia solidária surge num contexto histórico de contraponto a economia massiva denominada como capitalismo e, o bem viver surge como uma oportunidade para construir outra sociedade sustentada na convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Bem Viver; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This article entitled “THEORY OF GOOD LIVING AND SOLIDARY ECONOMY: A Possible Approach”, aims to propose a reflection on good living and its approach to the Solidarity Economy and, as both, seek to promote local development. The solidarity economy arises in a historical context as a counterpoint to the massive economy called capitalism, and good living emerges as an opportunity to build another society based on the coexistence of human beings in diversity and harmony with nature, based on the recognition of different cultural and values existing.

KEY WORDS: Solidarity Economy; Good Living; Local Development

1. Introdução

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento – UFBA. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes - herbeniasouza@gmail.com;

² Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância (bolsista CAPES) e Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento – ana_mmenezes@hotmail.com;

³ Professora Colaboradora da Pós-Graduação em Inovação Social com Ênfase em Agroecologia e Economia Solidária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus de Bom Jesus da Lapa /BA- Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes – tsantosborba@gmail.com;

O homem desde os primórdios da humanidade precisa estar sempre em organização para que juntos consigam garantir sua sobrevivência e seu aprimoramento. A prática da cooperação é algo que já nasce enraizado com o indivíduo. Este descobriu que através da reciprocidade poderia realizar várias conquistas.

Tendo em vista as diversas formas que o trabalho tem se desenvolvido atualmente, podendo estes serem considerados como trabalhos do primeiro, segundo ou terceiro setor, a economia solidária surge como forma de caracterizar trabalhos considerados informais em postos de trabalhos formais.

Sendo desenvolvida nas lacunas deixadas pela doutrina capitalista, a economia solidária se comporta num cenário econômico, como alternativa de enfrentamento de crises econômicas, desemprego, precarização do trabalho e concentração de renda. Com o aumento da exclusão social pelos mecanismos reguladores da economia e a falência do Estado, a Economia Solidária se apresenta como estratégia de novas formas para regularização da sociedade (FRANÇA FILHO; 2004).

Destarte, a economia solidária é um reajuste dos modelos econômicos já existentes, tendo esta concepção do socialismo e do capitalismo, visando alcançar o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a função social que a economia precisa desenvolver.

Ao longo dos tempos, o conceito de desenvolvimento sempre esteve ligado à evolução do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas. Com isso, na prática, buscamos satisfazer as nossas necessidades - e isso passou a ser algo buscado por todos, em praticamente todas as partes do Globo, segundo um modelo europeu/capitalista de sociedade.

A promoção da Economia Solidária alicerçada no bem viver permite a plena implementação da participação cidadã, controle social pela gestão pública, visando o fortalecimento da sociedade civil e empoderamento de grupos anteriormente

marginalizados, tomando não apenas como base o pressuposto econômico, mas utilizando-se de outros critérios (social, ambiental e econômico) imprescindíveis, à melhoria da qualidade de vida das pessoas e a preservação do meio ambiente, aspectos fundantes do desenvolvimento local.

2. A Teoria do Bem Viver: Compreendendo o conceito

Os limites do desenvolvimento, como é visto hoje, foram condicionados pelo estágio da tecnologia, organização da sociedade, intervenção sobre o ambiente e pela capacidade da biosfera em absorver os impactos das atividades do homem (ALCANTARA: SAMPAIO, 2017). Nesse sentido, a distribuição e classificação da população em ranques, lugares e papéis sociais resultam da configuração do capitalismo, da cultura e da produção do conhecimento sob a hegemonia ocidental, caracterizada como eurocentrismo (WALSH; 2005).

Para Quijano (2000, p. 549-550), esse processo é resultante de “[...] uma racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se fez globalmente hegemônico, colonializando e dominando outras formações conceituais e seus conhecimentos concretos respectivos”.

Nesse sentido, faz-se necessário decolonializar, utilizando estratégia que vai além de uma transformação que implique deixar de ser colonializado, mas que aponte uma transformação, construção ou criação e que busque uma transição, superação e emancipação por meio de alternativas (WALSH; 2005).

Para Sen (2000), só se pode conseguir o bem-estar social e o desenvolvimento humano se as pessoas tiverem capacidade para articular e construir seus projetos de vida. O enfoque do desenvolvimento humano incorporou progressivamente dimensões socioculturais em suas análises, destacando a importância de políticas multiculturais que permitam manter e fortalecer a identidade de pessoas e grupos humanos, corrigindo injustiças historicamente enraizadas e socialmente arraigadas (PNUD, 2004).

É nesse contexto que o debate sobre a crise de caráter sistêmico e civilizatório sugere uma reflexão sobre o sentido de Bem Viver, como uma proposta alternativa de desenvolvimento, quando se pensa a relação sociedade e natureza. o Bem Viver relaciona-se à melhoria da qualidade de vida das pessoas (alimentação, vestimenta e habitação, por exemplo), o que se obtém por meio da educação, das relações familiares, trabalho, hábitos e ambiente (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

O conceito surgiu há pouco tempo e tem sido referido, dentre outras denominações, como: filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), atitude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe, 2012) e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011), dentre outros. Conforme Senplades (2009), o conceito do Bem Viver é

[...] um compromisso com a mudança que permite a aplicação de um novo paradigma econômico, cujo final não se concentra no material, na acumulação mecanicista e interminável de bens, mas em vez disso promove uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática. Além disso, Bem Viver também se baseia nas demandas por igualdade e justiça social, e no reconhecimento, avaliação e do diálogo dos povos e suas culturas, formas de conhecimento e modos de vida (SENPLADES, 2009, p. 10).

Para Gudynas (2011), trata-se de um conceito em construção e, devido a seu caráter relativista, faz-se necessário adequar sua aplicação a cada contexto cultural e ambiental. Nesse sentido, o Bem Viver pode ser entendido como um paradigma que compreende um espaço-temporal comum, no qual podem conviver distintas ontologias, na construção de uma interculturalidade que aponte alternativas ao desenvolvimento.

O Bem Viver concede “[...] ênfase explícita à escala local-regional, considerando que esta é a mais adequada, tanto para expressar as resistências contra o desenvolvimento-globalização, quanto para concretizar as alternativas” (Garcia, 2012, p. 210).

Abarcando a ideia de Garcia, para Acosta (2016, p. 46), o discurso sobre desenvolvimento consolidou uma dominação dicotômica de “desenvolvimento-subdesenvolvimento, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia”. Desse modo, conforme o autor, países considerados subdesenvolvidos aceitaram aplicar políticas, instrumentos e indicadores para sair do estereótipo de atrasado para chegar ao desejado desenvolvimento. Muitas vezes, negando suas raízes históricas e culturais para sair dessa caracterização.

Nesse sentido, para Acosta (2016), o Bem Viver com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, abre as portas para formular visões alternativas de vida (p. 33).

Destarte, o Bem Viver se constitui como proposta e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade (De La Cuadra, 2015). Ao mesmo tempo, é um paradigma para orientar as políticas e ações dos Estados Nacionais, que devem regular as relações sociais com o fim de diminuir as desigualdades na sociedade e melhorar as condições de vida dos economicamente vulneráveis (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

Nesse sentido, a discussão em torno do Bem Viver aponta a inviabilidade de se continuar reverenciando o atual modo de produção e consumo, concebido como um dispositivo legítimo de crescimento baseado na acumulação de bens materiais (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017). Para o Bem Viver, diferentemente, a riqueza não consiste em ter e acumular a maior quantidade de bens possíveis, mas em lograr um equilíbrio entre as necessidades fundamentais da humanidade e os recursos disponíveis para satisfazê-las (ACOSTA, 2016).

3. Uma Outra Economia Acontece

Atualmente, a economia solidária é vista como uma agenda política que utiliza as novas ideologias econômico-sociais como abordagem para geração de emprego e

renda, segundo alguns atores está se desenvolve pela perspectiva da ação governamental e não apenas da sociedade civil. “[...] uma conjuntura permeada por desemprego, precarização, exclusão, desigualdade, descaso da luta social e política neoliberal compõe o contexto da expansão da econômica solidária. [...]”. (SCHIOCHET, 2009 p. 55). Porém, a economia solidária é muito mais do que uma forma de suprir a lacuna do desemprego. Esta é um modo de vida, alternativa ao modo de produção, alternativa dos setores populares e novas perspectivas da abordagem econômica.

Destarte, a Economia Solidária configura uma proposta socializante e democrática dos movimentos sociais para a “questão social”, assentada no acirramento do conflito e das contradições existentes entre as conquistas democráticas (universalidade constitucional de direitos em 1988) e o crescente desemprego e exclusão social decorrentes da opção neoliberal para superar a crise de acumulação capitalista. (SCHIOCHET, 2009 p. 55).

Analisando ainda a economia solidária pelo âmbito político, muitas ações desenvolvidas pelo governo pela perspectiva da economia solidária possui um caráter assistencial, ou seja, são apenas políticas de governo, viés que se desvincula de sua concepção inicial: ideologia de nova concepção de vida e não ideologia de caráter assistido. Mas foi a partir do crescente desemprego que a economia solidária foi se consolidando enquanto uma política específica, integrando uma agenda presente, nos planos e programas de governos, viés que com a atual conjuntura política vem desmoronando.

Através de um relato histórico, a economia solidária pode ser descrita fundamentalmente através de duas perspectivas: praticas com atividades econômicas associadas e estímulo gerencial da autogestão. A base norteadora da economia solidária é a gestão coletiva dos meios de produção, gestão democrática dos membros, responsabilidade coletiva quanto aos prejuízos e excedentes da organização. (SCHIOCHET, 2009)

França Filho e Laville (2004), apontam quatro características básicas para a Economia Solidária: pluralidade de princípios, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública e finalidade multidimensional, que apontam as especificidades da gestão dos processos decisórios democráticos, financiamentos mistos e objetivos além do econômico. Já Moura e outros (2004), desenham um modelo de análise da gestão de empreendimentos solidários com base em quatro dimensões: social, econômica, pública e técnico - produtivo.

Outra característica latente da economia solidária é seu embasamento no capital social humano e não efetivamente o lucro monetário. Segundo Gaiger (2009, p. 82), “a eficiência da economia solidária se desenvolve pelos dispositivos da equidade e da autogestão tomando os caminhos da solidariedade como elemento constitutivo da economia e da vida coletiva nos últimos dois séculos”.

A economia solidária surge no contexto da Revolução Industrial como resposta às exigências implantadas pela reforma trabalhista e crise social implantada por ele. Começa a florescer no Brasil, em meados da década de 1980 e ganha ímpeto na década seguinte como potencial transformador de luta da classe popular e trabalhadora.

A emergência desta temática no Brasil se contextualiza da última década de 80 a 90, com base no aprofundamento do desemprego, com evidência a responder o transtorno gerado pelas práticas neoliberais (KRAYCHETE, 2000; CORAGGIO, 2000; GAIGER, 2000; SINGER, 2002).

De acordo com França Filho e Laville (2004, p.15), a economia solidária é definida como:

uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeia socioprodutivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseada sem relações não-monetarizadas, até

outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de troca e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus.

A Economia Solidária se difere da economia capitalista através dos princípios basilares: democracia, autonomia, fraternidade, igualdade e solidariedade, onde a manutenção, preservação e forma como o trabalho se desenvolve é mais importante que o lucro. A cooperação torna-se elemento chave no atendimento das necessidades que são estabelecidas pelos próprios trabalhadores, o que faz da Economia Solidária um meio propulsor de uma nova forma de visualizar o mundo e do desenvolvimento social, político e econômico.

A origem da economia solidária no Brasil está ligada a realização de intensas lutas de trabalhadores organizados contra a exploração do trabalho e o modelo capitalista de organização das relações sociais dos indivíduos. Neste caso, as pessoas eram submetidas às formas mais desumanas de trabalho, visto que, a busca pelo aumento de capital afetou drasticamente a estrutura do emprego assalariado.

As consequências dizem respeito, antes de tudo, a um enfraquecimento dos vínculos sociais representados pelos direitos e pelas identidades forjados a partir da condição assalariada. O desemprego e subemprego, ao assumirem um aspecto funcional ao atual padrão de crescimento, se traduzem em uma miríade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse ambiente, a insegurança e a falta de horizontes marcam o comportamento individual, enquanto socialmente assiste-se a perda de coesão social (PINTO, 2004, p. 8).

Valadares (2005), afirma que a manifestação religiosa, o ato da pesca, caça e construção de habitações são indícios do movimento cooperativo em luta pela sobrevivência, aqui relatados como traços do movimento da economia solidária.

A Campanha da fraternidade Ecumênica (2010) enfatiza que:

A Economia Solidária é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, nos primeiros vestígios do capitalismo, o trabalho assalariado levou as pessoas a um grau tão grande de exploração, que foi preciso à união das mesmas em sindicatos ou movimentos cooperativos que resultassem em uma forma de defesa e apropriação dos direitos de trabalhos assalariados e uma alternativa de alcance da autogestão.

Assim, a Economia Solidária surge como nova alternativa para geração de renda, inclusão e fortalecimento social como resposta importante não só de trabalhadores como das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Esta nova prática de produção "privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras" (CHAVES; PINTO, 2007, p. 61).

4. Teoria do Bem Viver e ECOSOL: Uma aproximação possível

O 'Bem Viver' não está restrito a este ou aquele povo originário, nem preso a um determinado período de tempo ou espaço, apenas. Enquanto conceito, ele se encontra em permanente construção e busca algo além do conceito desenvolvimentista tradicional: "uma oportunidade para construir outra sociedade sustentada na convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes em cada país e no mundo" (GUDYNAS e ACOSTA, 2011, p. 103).

Com estes argumentos, Gudynas (2011, p. 18) instiga entender 'Bem Viver' como uma base pela qual se comunicam diversos 'Bem Viveres' adotando diferentes modelos e considerando circunstâncias social e ambiental diversas. Tal base

constituir-se-á a partir de uma interculturalidade que remete ao futuro, para revelar alternativas ao desenvolvimento. Essa base se articula com itens de representatividade do 'Bem Viver', tais como a ética, vocação para o diálogo e interações entre os diferentes saberes, concepções da múltiplas de natureza, entre outros.

A Economia Solidaria tem se reinventado está se reinventando, outros entendimentos foram criados, outras fontes de inspiração motivam as práticas solidárias. Essa fonte de inspiração quase sempre nasce do desejo de mudar e de transformar a realidade. A economia solidária atualmente, se configura como “importante espaço de produção das comunidades pobres” (BERTUCCI, 2003, PAG. 05).

Quando Bertucci (2003) se refere a economia solidária como um “espaço de produção das comunidades pobres”, compreendemos o termo “produção” para além de atividades comerciais capazes de gerar renda. Compreendemos o termo “produção” como a produção de outra forma de pensar, de se posicionar, a construção de outro sujeito que vê e se coloca no mundo de outra forma, ou seja, a produção da cidadania e da emancipação humana nesses espaços comunitários, a produção de espaços contra hegemônicos e de resistência.

Desse modo, percebe-se que as práticas de economia solidária são ferramentas relevantes para formação da consciência crítica dos sujeitos, e torna-se capaz de desenvolver processos que ajudam a desenvolver a emancipação e, concomitantemente, ajuda a construir os processos de cidadania. Desta forma, o sentido da economia solidária para nós vai muito mais além do que um conjunto de ferramentas, estratégias e metodologias para superar a crise gerada pelo sistema de produção capitalista, mas, envolve pensar um projeto de mundo mais justo, se constitui num modo de vida:

A visão da economia solidária aqui trabalhada insiste na ideia da economia como um meio a serviço de outras finalidades: sociais, políticas, culturais, ambientais, etc., e não como um fim em si mesmo. [...] Trata-se, evidentemente, do fomento a uma política do cotidiano nos bairros e comunidades, que incita os cidadãos a agir. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 162).

Na mesma direção desse entendimento, compreendemos a econômica solidária não apenas pelo viés econômico, mas, também, pelo viés político e ideológico. Trata-se de uma nova concepção de mudança da sociedade, conforme afirmamos acima (SINGER, 2012).

Um dos desafios da economia solidária, nesse sentido, é promover uma mudança estrutural na sociedade para combater o clientelismo, as políticas compensatórias e assistencialistas que já estão de alguma forma, enraizadas, sobretudo nas comunidades rurais. Um dos caminhos para o rompimento das mazelas sociais é a tomada de consciência dos sujeitos e a construção de processos de cidadania:

[...] cidadania é competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada. Para o processo de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se, acima de tudo, o processo emancipatório. Este funda-se, de partida, na capacidade crítica, para, com base nesta, intervir na realidade de modo alternativo” (DEMO, 1995, p. 01).

Assim, nas palavras do autor citado, pensar o sentido da cidadania significa pensar em como cada sujeito se posicionam e se coloca em relação às questões sociais que se apresentam no seu dia a dia. A partir do momento que o sujeito sai de sua condição passiva, e começa a assumir uma condição de sujeito ativo, protagonista de sua própria história, esse sujeito torna-se livre das amarras, da opressão tornando-se autor e coautor da transformação social. Claro que a construção da consciência crítica não acontece de forma instantânea.

Nesse contexto, a cidadania também está vinculada à liberdade e à participação política, isso é possível quando o sujeito é conhecedor de seus direitos, compreende as estruturas sociais e passa a questioná-las. É por meio da compreensão e da vivência da cidadania que se torna possível a recriação do sentido de coletividade e dos processos coletivos, que é um dos elementos norteadores das práticas de economia solidária (DALLARI, 1998).

Nesse sentido, um dos princípios que alicerça a Economia Solidária é o princípio da solidariedade. O sentido do princípio da solidariedade pressupõe um viver harmonioso entre os sujeitos, imprescindível para que qualquer modelo de economia solidária siga adiante. Portanto, a solidariedade é:

[...] É a ideia de ajuda mútua, de união de esforços, que permeia todas as relações cooperativistas [...] a solidariedade implica a possibilidade da percepção do outro, no senso ético de responsabilização por ele, e, assim, a superação da visão individualista do ser. O cooperativismo só pode se desenvolver positivamente baseado no valor da solidariedade. [...] a prática cooperativa ajuda a formar o indivíduo em uma vivência democrática, não seria incorreto afirmar também que a vivência cooperativa estimula o desenvolvimento do sentimento de solidariedade entre os cooperados. A ideia básica da cooperação é atuação em conjunto, cooperar. (ROSSI, 2011, pag. 141)

O referido autor usa o exemplo da prática cooperativista para compreendermos a solidariedade, a ajuda mútua, igualitária e justa. Desse modo, a solidariedade, no âmbito da economia solidária, não pode ser confundida com piedade, nem com esmolas e nem caridade. Solidariedade nessa dimensão vai muito mais além. A solidariedade precisa ser emancipatória, “emancipar, etimologicamente, significa “tirar as mãos de”. Não basta “sofrer com”, é preciso “estar com”, compartilhar” (GADOTTI, 2009, pag. 47).

A solidariedade, nesse sentido se constitui o laço que une os diferentes sujeitos em prol da construção de novas formas de superação dos problemas sociais, econômicos e culturais do território ao qual vivem e se relacionam. Nos empreendimentos é expresso, também, nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável e com a sustentabilidade local; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (CARTILHA DE FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS; 2012).

Sob essa perspectiva, podemos afirmar que a economia solidária se aproxima dessa corrente epistemológica do bem viver ao buscar uma construção de um

modelo de desenvolvimento econômico, social e sustentável, a economia solidária sempre buscou se organizar, produzir bens e serviços de forma autogerida. Além de buscar uma gestão democrática e popular, distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local sustentável visando o global, a valorização da pessoa humana, do trabalho digno e geração de renda, da cultura, e o estabelecimento de relações igualitárias entre desiguais.

5. Considerações Iniciais

Como já afirmado anteriormente, a Economia Solidária toma como base os rearranjos da economia vigente para contribuir na promoção do desenvolvimento local, através da cooperação e a circulação da economia local. Através da promoção da economia local, visa-se fortalecer a comunidade envolvida no processo desenvolvimentista, à medida que visa se fortalecer os empreendimentos locais.

O desenvolvimento local pode ser caracterizado como um processo endógeno provocado por pequenas unidades em territórios e grupos humanos que são capazes de articular o dinamismo econômico, social, ambiental sustentável e o bem-estar, promovendo melhora na qualidade de vida.

Destarte, um dos desafios da economia solidária frente ao desenvolvimento local é o engajamento na mudança da postura estrutural da sociedade, visando-se combater as práticas do assistencialismo e do clientelismo. Tal prática, criam barreiras no processo emancipatório e não incentivam o crescimento da comunidade, mas causa grande subordinação e controle da comunidade por meio do Estado e empresas privadas, fator que dificulta o verdadeiro desenvolvimento local.

Sob essa perspectiva, para que aconteça uma real promoção do desenvolvimento local, deve ser adotadas práticas da autogestão, solidariedade e alteridade pela própria comunidade, onde a partir destas, será possível sua emancipação, autonomia, a reinserção destes grupos marginalizados pela sociedade.

Nesse contexto, os valores propostos pelo movimento da economia solidária estão alinhados a proposta de um desenvolvimento local sustentável, pois através destas práticas existe uma proposta de geração de renda para coletivos produtivos que refletem na mudança de ética, de pensamento, de melhoria do meio ambiente a partir do bom uso dos recursos naturais, mais que também alcancem produtividade alta preservando valores ambientais e sociais que refletem na sustentabilidade econômica, social e agroecológica das comunidades envolvidas nesta causa (SOUZA; BORBA; MENEZES, 2021).

Ao buscarmos uma aproximação entre o bem viver e a economia solidária, foi possível identificar que os desafios ainda são diversos, e que devemos nos preocupar na integração dos povos tradicionais e suas ancestralidades de saberes e fazeres, conscientizar as gerações futuras sobre a necessidade de manter forte estes valores locais, assim como, desenvolvê-los sobre perspectivas de um futuro promissor e saudável para a continuidade da cultura e da localidade dentre outros saberes e empoderamento de ser pertencente de espaços como estes territórios.

O Bem viver assim como a economia solidária, vai muito mais além da geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local sustentável em seus três principais sustentáculos. Ambos são uma proposta de mudança de hábitos, da construção de uma nova moral que se contrapõem a moral e éticas ligadas a poderes e partidos políticos vigentes, e representam, a construção de um local rico e sustentável para se viver melhor.

Referências

ACOSTA, A. El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: una lectura desde la Constitución de Montecristi. Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper: 9 octubre 2010.

ACOSTA, A. Buen Vivir Sumak Kawsay. Una oportunidad para imaginar nuevos mundos. Quito: Abya Yala, 2012.

ACOSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016. 264 p.

ACOSTA, A.; Martínez, E.; Sacher, W. Salir del extractivismo: una condición para el Sumak Kawsay. Propuestas sobre petróleo, minería y energía en Ecuador. En: Lang, M.; López, C.; Santillana, A. (Comps.). Alternativas al capitalismo del siglo XXI. Quito: Abya Yala, Fundación Rosa Luxemburgo, 2013.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem viver como paradigma de desenvolvimento. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 40, 231-251, 2017. doi: 10.5380/dma.v40i0.48566. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566/32108>. Acessado em: 11/01/2021

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? Desenvolv. Meio Ambiente, v. 40, p. 231-251, abril 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/62963/40559>. Acessado em: 15/01/2021
De La Cuadra, F. de. Buen Vivir: ¿Una auténtica alternativa post-capitalista? Polis, 14(40), 2015. Disponível em: [Buen Vivir: ¿Una auténtica alternativa post-capitalista? \(openedition.org\)](https://www.openedition.org). Acessado em: 15/01/2021

BERTUCCI, A.; SILVA, R. M. **Vinte anos de economia popular solidária:** trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003;

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel.; LARA, Francisco.; COSTA, Beatriz. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. p. 91-142

DOWBOR, L. Desenvolvimento Local. In: Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo, 9 Ed. abr. 2008. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/desenvolvimento-local/>>. Acessado em 05 out 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GADOTTI, M. Economia solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Educação popular). Disponível em: < http://projetos.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/515/1/FIPF_2009_EDL_01_005.pdf>. Acessado em 20 set 2020.

GONH. M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acessado em 10 nov 2020.

GUDYNAS, Eduardo. ACOSTA, Alberto. "El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. La medición del progreso y del bienestar". In: "Propuestas desde América Latina". ROJAS, Mariano (Coord.). Foro Consultivo Científico y Tecnológico, AC, México DF, México, 2011.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel.; LARA, Francisco.; COSTA, Beatriz. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. pg.15-37

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

PINTO, João Roberto Lopes. Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

PNUD. Informe sobre Desarrollo Humano año 2004: La libertad cultural en el mundo diverso de hoy. Madrid: Mundi-Prensa Libros, 2004.

QUIJANO, A. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin American, en Nepantla. Views from South, Durham, N. C.: Duke University, 1.3, 2000. Radcliffe S. A. Desenvolvimento para uma era pós-neoliberal? Sumak kawsay, viver bem e os limites para a descolonização no Equador. Geoforum, 43(2), 240-249, 2012.

SACHS, I. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPAIO, C. A. C. (Org.). Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau, SC: Edifurb, 2010

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de EconomiaSolidária: Breve trajetória e desafios. IPEA. Mercado de trabalho v. 40 | ago. 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_institucionalizacao.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2021.

SEN, A. Desarrollo y Libertad. Barcelona: Editorial Planeta, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

VERARDO, Luigi. Economia Solidária e Autogestão. No 98 Set/Nov de 2003. Disponível em:http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_l_economia_solidar_ia_e_autogestao.pdf. Acesso em: 09 de abril de 2021

VERAGO, Josiane Lombardi. Autogestão e relações de mercado capitalistas: autonomia ou adaptação? [s.d]. Disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessa_o2/Josiane_Lombardi.pdf. Acesso: 08 de maio de 2021.

WALSH, C. (Re)pensamiento crítico y (De)colonialidad. En: Walsh, C. (Ed.). Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar Ediciones Abya-Yala, 2005.

WALSH, C. Interculturalidad, colonialidad y educación. Revista Educación y Pedagogía, XIX (48), 2007. Walsh, C. Interculturalidade, estado, sociedade. Luchas (de) coloniais de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar e Abya-Yala, 2009.

WALSH, C. Desenvolvimento como Buen Vivir: acordos institucionais e (de) envolvimentos coloniais. Desenvolvimento, 53(1), 15-21, 2010. Walsh, C. Pedagogias decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Tomo I. Série Pensamiento decolonial, 2012.